

Funai tenta acordo e adverte sobre possível ataque Kaiapó

4468

O delegado regional da Funai, Salomão Santos está viajando hoje para Brasília, onde tentará manter contato com o presidente do órgão, Nelson Marabuto, para solicitar medidas que visem a encontrar uma solução definitiva para o problema fundiário dos Kaiapó, cujas terras delimitadas há quase sete anos estão agora sendo lidadas pelo Governo do Estado no Projeto Trairão, que abrange a parte leste do Igarapé do mesmo nome, no município de S. Félix do Xingu, Sul do Pará.

Salomão reafirmou ontem o perigo dos índios tomarem medidas drásticas caso as madeiras não sejam retiradas das terras, que ficam ao norte da reserva Kaiapó e a leste do Projeto Trairão. As terras indígenas foram delimitadas por volta de 1977 e possuem cinco aldeias numa extensão que varia entre 400 a 500 mil hectares: Gorotire, Kubenkraken, Krokraimoro, Kriketun e Aúkre.

No posto, permanecem os funcionários da Funai e o indigenista Fiorelo Parisi, mas o Grupo de Trabalho que seria instituído para discutir o problema de limites ainda não começou suas atividades, porque falta o antropólogo. Mas o dele-



Salomão Santos, delegado da Funai, para quem o conflito é iminente na reserva Kaiapó

gado alerta para o fato de que não é somente um acordo sobre o Projeto Trairão, com o governo estadual, que vai resolver o problema fundiário dos índios: "Esse conflito não termina com um acordo entre a Funai e o governo do Estado. Isto é o primeiro passo. A solução definitiva

é a aprovação pelo "grupão" do Ministério de Assuntos Fundiários das terras e a aprovação pelo Presidente".

Salomão Santos considera porém que o Grupo de Trabalho será importante para esclarecer ao Estado que parte das terras lidadas pertencem aos índios: "Já existe um estudo antropológico que prova isso", garante o delegado.

Em novembro do ano passado a 2ª delegacia regional enviou ao Iterpa um ofício acompanhado de um mapa da área, informando que pela delimitação de 1977 o terreno norte do Igarapé Trairão pertencia a reserva. Até hoje, o Iterpa não respondeu ao ofício e de acordo com afirmações do Presidente Fernando Velasco, não tomou conhecimento do documento enviado.

Velasco informou ter sabido da superposição das terras da reserva e do Projeto há pouco tempo e solicitou um tempo para conhecer melhor a situação, consultando técnicos do Instituto e a própria Funai. Mas, pelas informações de Salomão Santos o contato não aconteceu. Fernando Velasco marcou uma entrevista coletiva para hoje, quando deverá dar a posição oficial do Iterpa sobre o

problema.

Terra e Minérios

De acordo com Salomão Santos, há dois projetos que a Funai pretende invalidar: o 88.118/83, que retira da Funai o poder de decidir a área das reservas indígenas. A partir deste projeto, a Funai indica a reserva para um Grupo de Trabalho formado pelo ministério de Assuntos Fundiários, Ministério do Interior, Conselho de Segurança e órgãos federais, que aprovam ou não a área.

O outro projeto é o que permite a mineração nas áreas indígenas aprovado no ano passado e suspenso temporariamente pelo próprio presidente que o aprovou. Terras e mineração são atualmente os dois grandes problemas dos povos indígenas. No caso dos Kaiapó, Salomão teme que a falta de soluções definitivas levem o grupo a atacar os invasores de suas terras provocando um conflito de grandes proporções: "Se não houver um consenso em relação as terras o conflito vai ser maior", alerta ele, lembrando que os Kaiapó têm uma tradição guerreira e a paciência esgotada diante de tantas promessas não cumpridas...